



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

07/03/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Prefeitura de Santos multa Sabesp em quase R\$ 1 milhão por contaminação no Boqueirão

A Prefeitura de Santos multou, nesta segunda-feira (6), a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) em R\$ 818 mil, pela contaminação do solo da Rua Goiás. O dano ambiental foi causado por vazamento de esgoto, em 23 de fevereiro último, quando problemas na rede da empresa causaram solapamento de uma cratera na via, próximo ao número 50.

A autuação cumpre o estabelecido pela Lei Complementar 817/2013, que dispõe sobre o controle ambiental no Município, bem como as respectivas infrações e sanções administrativas. "Cobramos da Sabesp a melhoria da qualidade das intervenções na Cidade e respostas rápidas para as necessidades de Santos. Queremos ações que tragam soluções duradouras e segurança aos munícipes", declarou o prefeito Rogério Santos.

À data do estrago, que também causou a queda de um motociclista, o chefe do Executivo santista enviou ofício à concessionária de água e esgoto solicitando o reparo imediato do trecho afetado e também a realização de todas as obras necessárias na rede adutora, desde a Avenida Conselheiro Nébias até o canal 3.

Nesta segunda-feira (6), a empresa informou o Município que está limpando a rede coletora, por meio de hidrojateamento, e também fazendo o mapeamento para verificação da extensão das obras necessárias e a metodologia construtiva que será adotada.

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 07 de março.

32 são resgatados de fornecedora do açúcar Caravelas em trabalho análogo à escravidão

O MPT (Ministério Público do Trabalho) resgatou 32 homens em trabalho análogo à escravidão e que prestavam serviço em uma fazenda em Pirangi (a 380 km de São Paulo), fornecedora de cana-de-açúcar à marca Caravelas.

O resgate ocorreu em 26 de janeiro, no alojamento que fica na cidade de Palmares Paulista, em uma operação conjunta feita pelo Ministério do Trabalho e Previdência, pelo Ministério Público do Trabalho, pela Defensoria Pública da União e pela Polícia Rodoviária Federal.

A informação sobre o caso ter ocorrido em um canal que fornecia o produto para a Caravelas foi publicada pelo jornal Brasil de Fato.

Segundo as autoridades, as vítimas tinham vindo das cidades mineiras de Francisco Badaró, Minas Novas, Turmalina, Jenipapo de Minas e Berilo e foram levadas ao interior paulista por dois homens que prometeram a eles emprego e salário.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 07 de março.

Advogado de Santos explica regras da aposentadoria por incapacidade permanente

Benefício que gera muitas dúvidas, a aposentadoria por invalidez – atualmente chamada de aposentadoria por incapacidade permanente – é liberada a quem tem incapacidade total e definitiva do trabalho. Atualmente, é um dos benefícios mais concedidos pelo INSS no País, com 2,8 milhões de segurados.

“A aposentadoria por invalidez está relacionada com uma incapacidade total e definitiva para o trabalho para todo e qualquer trabalho. Essa é a diferença do auxílio doença. O antigo auxílio doença, hoje é o auxílio por incapacidade temporária. A aposentadoria por invalidez, depois da reforma, é chamada de aposentadoria por incapacidade permanente”, explica o advogado especialista em Direito Previdenciário Vinicius Fiuza.

Com a reforma da Previdência, aprovada em 2019, houve mudança no cálculo do benefício. Esta é uma das maiores dúvidas de quem procura o benefício. O aposentado recebe 60% da média dos salários, caso tenha 20 anos de contribuição (se for homem) ou 15 anos de contribuição (se for mulher). Esse percentual vai aumentando 2% por ano de contribuição até atingir 100%. Antes, esta média era de 80%.

Segundo Fiuza, há discussões sobre a constitucionalidade da mudança no Supremo Tribunal Federal (STF). “Está pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que atende a Região Sul do Brasil, onde já se fixou posicionamento no sentido de que essa forma de cálculo é inconstitucional, mas essa decisão não se aplica ao Estado de São Paulo”.

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 07 de março.

Informalidade recorde acompanha queda no desemprego em 2022, mostra pesquisa

O Brasil atingiu mais de 20 milhões de empregados sem carteira assinada, o maior número desde que a pesquisa Pnad Contínua começou a ser feita, em 2012. O número representa 18,54% da força de trabalho do país, a maior parcela já registrada.

O contingente de pessoas na informalidade aumentou 15,8% em relação a 2021, quando havia 17,3 milhões de trabalhadores sem carteira assinada, contando setor público, privado e funcionários domésticos. O rendimento médio da força de trabalho nos mercados formal e informal, de R\$ 2.813 no fim de 2022, ainda não recuperou o patamar pré-pandemia —R\$ 2.928 em 2019, apontam dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no último dia (28).

Uma taxa mais alta de desemprego e a deterioração das condições do mercado de trabalho são prejudiciais não apenas para quem está sem trabalho, mas também para quem tem alguma atividade remunerada, de acordo com pesquisa feita na FEA (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade) da USP (Universidade de São Paulo). Esse impacto, porém, é mais concentrado entre os 40% mais pobres da população.

O pesquisador do Made (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades) Guilherme Proença comparou dados de rendimento mensal por indivíduo e desemprego por município disponíveis nos Censos de 2000 e 2010.

Com isso, foi possível acrescentar dados sobre a remuneração de trabalhadores informais, já que o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) e a Rais (Relação Anual de Informações Sociais) abrangem apenas o mercado de trabalho com registro em carteira.

O professor da FEA Naercio Menezes afirma que o estudo avança ao incluir o trabalhador informal na conta. "Após a crise de 2015 e 2016, no segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), o salário mínimo protegeu o rendimento real de quem tem vínculo formal. Agora, temos um novo ângulo." Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 07 de março.

Gasolina sobe R\$ 0,17 em semana de volta dos impostos federais

O preço da gasolina nos postos brasileiros subiu 3,3% na semana passada, já com repasses da retomada da cobrança de impostos federais, que entraram em vigor na última quarta-feira (1º). Já o preço do diesel, que foi cortado nas refinarias da Petrobras caiu 0,5%.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o litro da gasolina foi vendido no país, em média, a R\$ 5,25, R\$ 0,17 a mais do que o verificado na semana anterior.

Com a retomada dos impostos e corte de preços da Petrobras, o mercado espera R\$ 0,26 por litro de alta. O repasse, porém, pode não ter sido captado integralmente pela ANP, que começa a coletar os dados no início da semana.

Com coleta feita após o dia 28, o Panorama Veloe de Índices de Mobilidade, por exemplo, captou alta de R\$ 0,41 por litro.

Na quarta-feira, o governo passou a cobrar R\$ 0,47 por litro de gasolina a título de PIS/Cofins. Para compensar parcialmente a alta, a Petrobras implementou no mesmo dia um corte de R\$ 0,13 por litro no preço de venda de suas refinarias.

Assim, o impacto final seria de R\$ 0,34 por litro. O efeito esperado nas bombas é menor, porém, porque o produto vendido ao consumidor tem 27% de etanol anidro.

A ANP encontrou a gasolina mais cara do país em São Paulo, Barueri (SP) e Santo André (SP), a R\$ 6,99 por litro. A gasolina aditivada mais cara foi encontrada em São Paulo, a R\$ 7,99 por litro.

Na quinta (2), o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) deu cinco dias para que o Procon (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor) de cada estado informe a ocorrência de eventuais práticas abusivas sobre o preço dos combustíveis.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 07 de março.